PORTARIA GABSEC/SES Nº 114, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato e Substituto do Fiscal, do contrato elencado a seguir:

CONTRATO	PROCESSO	SUPERINTENDÊNCIA	OBJETO
179/2017	2017/30550/001934	SUPERINTENDÊNCIA DE UNIDADES PRÓPRIAS	O presente contrato tem por objeto credenciamento, de pessoa(s) jurídica (s) de direito privado com a finalidade de ofertar a prestação de Serviços Médicos de Anestesiologia, de forma ininterrupta de domingo a sábado, inclusive feriados, destinado aos pacientes que necessitem de anestesia, usuários do SUS atendidos nas Unidades Hospitalares sob gestão da Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins (Hospitais Regionais), Hospitais Filantrópicos conveniados e Clínicas Especializadas Credenciadas pelo Município de Palmas, no prazo e nas condições a serem ajustadas, decorrentes do edital de Credenciamento nº 004/2017, com motivação e finalidade descritas no Projeto Básico do órgão requisitante.

HOSPITAL	FISCAL	SUPLENTE
HOSPITAL DOM ORIONE	Ana Paula Nunes Martins Soares Matrícula 200934-6	Helio Rovilson Soares Matrícula 159922-2
CLÍNICAS ESPECIALIZADAS CREDENCIADAS PELO MUNICÍPIO DE PALMAS	Ana Paula Nunes Martins Soares Matrícula 200934-6	Helio Rovilson Soares Matrícula 159922-2

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a Diretoria Geral de Atenção e Promoção à Saúde sobre tais eventos;

III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório à Diretoria Geral de Atenção e Promoção à Saúde para ciência e apreciação das providências;

IV - relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 120 dias do final da vigência, logo após encaminhar para Diretoria de Aquisição e Logística para as devidas providências;

VI - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69 da Lei Federal 8.666/93.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em data retroativa a 19 de janeiro de 2018, revogando as disposições em contrário.

MARCOS E. MUSAFIR
Secretário Estadual de Saúde

PORTARIA GABSEC/SES Nº 115, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

O SECRETARIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato e substituto do contrato elencado a seguir:

Fiscal do Contrato	Substituto do Fiscal	Número do Contrato	Empresa	Objeto do Contrato
Bento Ribeiro Ferreira Matrícula: 944182-8	Sayonara Nogueira Lima Oliveira Matrícula: 785493-1	10/2018	CENTRO DIAGNÓSTICO TOCANTINS -LTDA	Credenciamento de pessoa jurídica para integrar cadastro de prestadores de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), com a finalidade diagnóstica através dos serviços de Diagnósticos por imagem, realizados na assistência a pacientes do Sistema Único de Saúde.

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a Diretoria Geral de Atenção e Promoção à Saúde sobre tais eventos;

III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório à Diretoria Geral de Atenção e Promoção à Saúde para ciência e apreciação das providências;

IV - relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 120 dias do final da vigência, logo após encaminhar para Diretoria de Aquisição e Logística para as devidas providências;

VI - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69 da Lei Federal 8.666/93.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

MARCOS E. MUSAFIR
Secretário Estadual de Saúde

**INSTRUÇÃO NORMATIVA/GABSEC/SES/ Nº 02,
DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Institui normas sobre a Alimentação de acompanhantes, pacientes internados e servidores públicos nas Unidades Hospitalares de Gestão do Estado.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e consoante o disposto no parágrafo 1º, incisos I, II e IV do art. 42 da Constituição do Estado do Tocantins, e;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal que estabelece ações, serviços assistenciais e atribuições da saúde que integram uma rede regionalizada e hierarquizada que constituem o Sistema Único de Saúde - SUS;

CONSIDERANDO a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura o direito a acompanhante aos menores de 18 anos;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, que assegura o direito a acompanhante aos pacientes internados a partir de 60 anos de idade;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.108, de 07 de abril de 2005, que assegura o direito a acompanhante a gestante internada;

CONSIDERANDO a Portaria/SESAU nº 64, de 11 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre alimentação de acompanhantes de pacientes internados nas unidades hospitalares de Gestão do Estado;

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar a alimentação dos servidores públicos dentro dos serviços hospitalares;

CONSIDERANDO a necessidade de controle de todo e quaisquer serviços prestados nas unidades de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Para fins de cumprimento da legislação vigente o direito a alimentação para acompanhante de paciente internado se limitará aos casos previstos em legislação (café da manhã, almoço e jantar), (Leis 8.069/ 10.741 e 11.108);

Art. 2º Alimentação ao paciente internado será ofertada nos seguintes períodos: Café da manhã - desjejum, Lanche, Almoço, Lanche da tarde, Jantar e Ceia, de acordo com a dieta prescrita pelos profissionais de saúde;

Art. 3º Alimentação aos servidores, será ofertada aos que laboram sua carga horária e obedecem aos seguintes critérios:

I - Até 6 horas no período matutino, será servido o café da manhã;

II - Até 6 horas no período vespertino, será servido o lanche da tarde;

III - Até 12 horas diurnas, será servido o café da manhã e o almoço;

IV - Até 12 horas noturnas, será servido o jantar e o café da manhã e;

V - Até 24 horas, será servido o café da manhã, almoço e jantar;

Parágrafo Único: Fica proibida a utilização de quaisquer espaços a qualquer pessoa que não sejam aqueles destinados e preparados para os serviços de alimentação.

Art. 4º Cabe aos Diretores Gerais, por meio das chefias imediatas, o cumprimento da presente Instrução Normativa e ao Fiscal de Contrato, a fiscalização da correta aplicação da prestação destes serviços pela empresa contratada, quando for o caso, sob pena de apuração de responsabilidades na ocorrência de não cumprimento;

Parágrafo Único: Nos casos que os serviços de Alimentação e nutrição sejam adquiridos através de empresas terceirizadas, cabe ao fiscal e ao gestor do contrato a notificação e a solicitação de aplicação de sanções à empresa nos casos em que a mesma por culpa ou dolo descumprir o disposto no contrato e/ ou desta normativa.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MARCOS E. MUSAFIR
Secretário de Estado da Saúde

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2018

PROCESSO Nº: 2017.30550.00564
Nº CONTRATO: 14/2018
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
CONTRATANTE: SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE
CONTRATADA: EMPRESA CIRÚRGICA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.302.1165.4113
ELEMENTO DE DESPESAS: 33.90.30
FONTE: 0250001054.
VALOR: R\$ 166.745,00 (CENTO E SESENTA E SEIS MIL SETECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS).
OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPME), DESTINADOS A REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE NEUROCIRURGIA, NO PRAZO E NAS CONDIÇÕES A SEGUIR AJUSTADAS.
VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ DURAÇÃO DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE SUA ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADO A INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PREVÊ O ARTIGO 57, INCISO I DA LEI 8.666/93.
DATA DE ASSINATURA: 22/02/2018
SIGNATÁRIOS: MARCOS E. MUSAFIR - P/CONTRATANTE
EMPRESA CIRÚRGICA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP. - P/CONTRATADA

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº: 2018.30550.000773.
ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2018.
PARTÍCIPES: Estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Colinas - APAE de Colinas.
CNPJ DA APAE DE COLINAS: 25.062.282/0001-82
OBJETO: O presente termo tem por objeto, de acordo com a disponibilidade da SES-TO, a cessão de pessoal (servidores públicos estaduais efetivos e estabilizados), em conformidade aos comandos das Leis Estaduais nº 1.818/07 e nº 2.670/12 e no que está previsto na Portaria/DGRT nº 598/08 e nas suas alterações posteriores. Visando dar apoio a APAE DE COLINAS/TO no desenvolvimento de ações e serviços de saúde voltados ao atendimento dos usuários da entidade
DATA DA ASSINATURA: 15/02/2018.
VIGÊNCIA: A partir da data da assinatura, até 15/02/2023.
SIGNATÁRIOS:
MARCOS ESNER MUSAFIR - Secretário de Estado da Saúde
JOÃO PAZ SILVA - Presidente da APAE de Colinas/TO

PROCESSO Nº 2017.30550.004390

ERRATA

Na folha 1030, do Termo de Aditamento ao Contrato nº 190/2016.

Importa mencionar que, a referida publicação não traz prejuízo ao erário, ao passo que Administração Pública deve corrigir seus atos com defeitos sanáveis conforme preleciona o art. 55 da Lei 9.784/1999.

ONDE SE LÊ:

2º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 190/2016, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, E A EMPRESA J. R. V CONSTRUTORA LTDA - EPP.

LEIA-SE:

3º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 190/2016, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, E A EMPRESA J. R. V CONSTRUTORA LTDA - EPP.

Palmas, 22 de fevereiro de 2018.

MARCOS E. MUSAFIR
Secretário de Estado da Saúde